

SUBMISSÃO / RESUMO-EDITAIS (PROPEGI/PROEC/PROGRAD) -  
TRABALHOS LOCAIS - GRADUAÇÃO

**INOVAÇÃO JURÍDICA COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA APAC**

*Eduardo Siqueira Cassemiro (eduardo.cassemiro@upe.br)*

*Bruna Vitória Valença Da Silva (bruna.valenca@upe.br)*

*Lucas Fernandes (lucas.collares@upe.br)*

*Luis Henrique Matias (luis.matias@upe.br)*

*Ademir Macedo Nascimento (ademir.nascimento@upe.br)*

*Renata Gusmão De Luna (renata.gusmao@upe.br)*

A inteligência artificial tem potencial para tornar a administração pública mais ágil, padronizada e transparente. No contexto da Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC), o projeto apresenta um Assistente Jurídico Inteligente para apoiar a elaboração e a revisão de contratos, ofícios e pareceres. O objetivo é reduzir tempo em tarefas repetitivas, elevar a qualidade das minutas e oferecer respostas fundamentadas com citações de fonte. A metodologia segue a lógica de MVP (Mínimo Produto Viável): curadoria de modelos e legislações de acesso público, organização em base de conhecimento e configuração de um assistente digital com três funções centrais: gerar minutas a

partir de dados essenciais, revisar textos com checklist normativo e responder dúvidas com referências explícitas. Como a solução ainda não foi executada, indicam-se resultados esperados: redução de 40–60% no tempo da primeira minuta; maior padronização por uso de cláusulas recorrentes; diminuição de retrabalho com identificação precoce de inconsistências; aumento da segurança jurídica ao exigir menção a lei, artigo e inciso em cada recomendação; rastreabilidade por trilha de auditoria de versões e fontes; e melhor governança documental com acervo unificado e pesquisável. Esperam-se também ganhos organizacionais: liberação do time jurídico para análises estratégicas, definição de SLAs (Acordos de Nível de Serviço) mais previsíveis, curva de aprendizado reduzida para novos servidores com apoio de modelos e resumos didáticos e integração simples com formulários e planilhas para extração de prazos e obrigações. Em médio prazo, a solução tende a escalar para outros tipos documentais e a ser replicada em órgãos estaduais, mantendo diretrizes da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e validação humana (“humano no loop”). Assim, os resultados projetados apontam para maior eficiência e transparência institucionais, com benefícios diretos à sociedade pernambucana.

Palavras-chave: inteligência artificial; gestão pública; eficiência.